



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

ARACAJU DO SÉCULO XIX: REMANESCENTES DA ARQUITETURA NA CONTEMPORANEIDADE

Priscila Maria de Jesus¹

Sura Souza Carmo²

Resumo: O presente artigo pretende abordar, de forma inicial, os remanescentes arquitetônicos do século XIX no Centro Histórico de Aracaju/SE, que se constituem como patrimônio da cidade, pelo seu valor histórico, artístico e cultural. A pesquisa partirá do estudo da noção de monumento e sua passagem até a noção de patrimônio, destacando as principais correntes de conservação de prédios históricos, como Ruskin, Boito e Le-Duc. A partir de um levantamento dos remanescentes arquitetônicos e sua importância para a história e a memória local, o texto apresenta os principais patrimônios do centro histórico de Aracaju e traz questões como a importância de se relacionar estes com o desenvolvimento social. O texto ainda levanta as implicações históricas e culturais e porque os patrimônios apresentam um caráter social latente que deve ser trabalhado.

Palavras-chave: Patrimônio, Memória, Arquitetura

INTRODUÇÃO

¹ Bacharela em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atualmente é Professora Assistente do Núcleo de Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (NMS-UFS), e-mail: priscilamdj@gmail.com

² Bacharela em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Mestranda em História (PROHIS-UFS), atualmente é Professora Auxiliar do Núcleo de Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (NMS-UFS), e-mail: suracarmo@yahoo.com.br



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

Pensar o surgimento da noção de patrimônio, nos remete à séculos atrás, mas tal qual o compreendemos hoje, se baseia, segundo Choay (2006) na noção criada no século XVII e que foi retomada com a Revolução Francesa, seu uso como conceito para designar bens culturais só será amplamente utilizado a partir do século XX, até então esses bens significativos da cultura ou história de uma sociedade eram confundidos com a noção de monumento. A noção de patrimônio abarca bens que a de monumento não comportam, pois este, “[...] en su sentido original, es una construcción destinada a perpetuar el recuerdo de alguien o de algo.” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 66).

Os patrimônios, embora selecionados inicialmente pelo seu valor histórico e artístico, com o decorrer dos anos e a ampliação dos estudos patrimoniais foram abrangendo cada vez mais novos testemunhos materializados, ou não, de um determinado grupo social ou nação. Assim, o que se inicia com a noção de monumento, ou seja, uma construção ou algo memorável, ligado às construções de pedra e cal, culmina com a noção de patrimônio a qual também se pode relacionar com os fazeres e as expressões do cotidiano, seja material ou imaterial.

Na França foi com a destruição de esculturas, igrejas e castelos durante a Revolução Francesa que se começou a se questionar a brutalidade desses atos e a necessidade de preservar para a posteridade, esses testemunhos de uma época, uma sociedade, fazendo com que se criasse o conceito de *monumento histórico* e as premissas para a salvaguarda de edificações na França revolucionária como testemunhos materializados da história de sua nação. Segundo Choay:

Seria preciso elaborar um método para preparar o inventário da herança e definir as regras de gestão. Por sugestão de Mirabeau e de Talleyrand, criou-se uma comissão dita “dos Monumentos” para esse



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

fim. Em primeiro lugar, ela deve *tomb* as diferentes categorias de bens recuperados pela Nação. Em seguida, cada categoria é por sua vez *inventariada* e estabelecido o estado em que se encontra cada um dos bens que a compõem (decreto de 13 de outubro de 1790). Por fim, e sobretudo, antes de qualquer decisão sobre sua destinação futura, estes são protegidos e postos “fora de circulação” em caráter provisório, seja reunindo-os em “depósitos”, seja pela aposição de selos, especialmente no caso de edifícios. (2006, p. 99-100).

Tem-se, assim, um dos princípios do processo de salvaguarda de edificações na sua individualidade, que culminaria, em 1837, com a criação da *Comissão dos Monumentos Históricos* e, algumas décadas depois, ampliando-se até configurar a noção de cidade histórica (CHOAY, 2006), na qual engloba muito mais que algumas edificações, mas todo o conjunto de significados que acompanham esses bens quando inseridos numa lógica museal.

Relaciona-se o tombamento de edificações quando se pode traçar um paralelo entre questões de caráter histórico e artístico, mas também quando esses diferentes espaços, que abarcam novos “velhos” patrimônios, estruturam as memórias coletivas de uma determinada sociedade, ao legitimar esses objetos dignos de valoração em pontos de referências de seu meio social (HALBWACHS, apud POLLAK, 1989).

Surge então um embate entre o que é considerado monumento histórico e suas formas de preservação ao longo dos séculos XVII e XVIII que será a base de uma política de salvaguarda do patrimônio contemporâneo. O monumento histórico era representado pelas antiguidades, serviam essencialmente à instrução da nação e a cidade histórica, esta entendida não como um objeto patrimonial autônomo. Se a participação dos literatos foi presente em todo o processo de modernização da cidade, sobretudo com a sua industrialização, estes buscavam um *revival* nos seus textos da cidade existente em um passado próximo com nostalgia, sublimada pelos processos de higienização, o novo e caótico trânsito, e a destruição de partes inteiras da malha urbana de Paris.



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

Assim, Choay (2006) destaca três abordagens das cidades antigas e seus respectivos pensadores, que para a autora sua construção e história não foram registradas nem mesmo pela História da Arte, embora esta se ocupe de outros temas e possa ser utilizada para o estudo de outras questões seja no campo social, artístico ou histórico: a primeira abordagem, segundo Choay (2006) seria o da cidade como figura memorial, marcada pelas proposições de John Ruskin (apud CHOAY, 2006) contra as intervenções que lesassem a estrutura das cidades antigas, que tem por finalidade a ruína como ordem natural. Esta desempenhou um papel memorial de monumento, enraizando seus habitantes no espaço e no tempo. Para Ruskin “é sacrilégio tocar nas cidades da era pré-industrial; nós devemos continuar a habitá-las, e habitá-las como no passado. Elas são as garantias de nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana.” (CHOAY, 2006, p. 181), no qual se buscava uma forma de viver na atualidade esse passado presente nas cidades.

A segunda abordagem é a figura histórica, que tem por base a construção de uma narrativa temporal do desenvolvimento urbano e seu idealizador, segundo Choay (2006), foi Camillo Sitte, para o qual “A cidade pré-industrial aparece então como um objeto pertencente ao passado, e a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea é assumida em toda a sua extensão e positividade.” (CHOAY, 2006, p. 182). Percebe-se em ambos os teóricos um posicionamento contrário ou a favor do progresso técnico que caracterizou a Inglaterra do século XIX, sobretudo no que se refere ao embate entre a evolução tecnológica e o prazer estético, que nas novas demandas da sociedade industrial não se vê mais presente.

A terceira abordagem é a da figura histórica que desempenha um papel museal, toma a cidade como um bem passível de ser musealizado, uma vez que este é tido como algo importante e detentor dos pré-requisitos necessários para adentrar a lógica patrimonial tal a existente nos museus, cuja manutenção se dá pela retirada deste de seu



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

contexto primário para adquirir um *status* de bem cultural, passando a desempenhar novos usos e funções enquanto tal. Assim:

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade. (CHOAY, 2006, p. 191).

Vale ressaltar que toda cidade em si é uma cidade histórica, pois está inserida em um processo de produção e criação de uma narrativa temporal de suas vivências com o outro/sujeito. Mas a cidade histórica aqui concebida é a cidade como monumento inserida em uma teia de relações dinâmicas e contínuas, independente da retirada do seu contexto primário, mas que são passíveis de serem conservadas e restauradas. Nesse processo surge a teoria de restauração do arquiteto italiano G. Giovannoni na qual “tornam-se lícitas, recomendáveis ou mesmo necessárias, a reconstituição, desde que não seja enganosa, e sobretudo determinadas modalidades de demolição.” (CHOAY, 2006, p. 201) no que tange o patrimônio arquitetônico da malha urbana.

A teoria de Giovannoni embora pensada no século XIX será amplamente colocada em prática, salvo algumas particularidades, a partir da segunda metade do século XX na Europa, no pensar estratégias e políticas de restauração do patrimônio arquitetônico, demonstrando por meio das marcas as intervenções pelas quais passou o bem. Esta corrente contrapõe a vertente que buscava o retorno do objeto, quando da intervenção, ao que ele era antes de se deteriorar.

CONSERVAÇÃO DE EDIFÍCIOS HISTÓRICOS



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

A preservação de monumentos históricos tem como marco inicial a criação do cargo de Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, em 1830, que tinha como função inventariar os monumentos franceses. Nosso modelo de preservação de monumentos históricos é francês, contudo, ocorre apenas mais de cem anos depois com a criação do SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – que privilegiava, sobretudo, a arquitetura luso-brasileira colonial. A eleição de um tipo de construção histórica apenas como representativa do patrimônio nacional, causa danos e atrasos quase irreversíveis no que diz respeito à conservação dos monumentos históricos.

No transcorrer do século XIX, tivemos três principais expoentes relacionados à perpetuação de monumentos históricos: o primeiro, Viollet Le Duc, francês, que propunha um restauro insidioso e em grandes proporções; o segundo, John Ruskin, inglês, que era terminantemente contra o restauro, propondo cuidados aos edifícios ao invés de qualquer intervenção mínima; e por último, Camilo Boito, que consegue propor uma teoria que engloba o pensamento dos arquitetos anteriores. Ambos tinham o pensamento da preservação do patrimônio à ideia de nacionalismo, que utilizava a arquitetura como representativa. Seguir o pensamento de Viollet Le Duc é realizar um preterimento de qualquer outro estilo ou elemento decorativo que fosse contrário ao eleito como representante do “estilo nacional”. No caso da cidade de Aracaju, berço de uma Belle Époque tardia e cidade relativamente jovem, escolher um único estilo arquitetônico para salvaguardar parece fadado ao erro. A cidade tem exemplares no Neoclássico, Neogótico, Arte Nouveau e Eclético intercalando-se em ruas e praças que compõem um cenário singular por conta da diversidade de estilos.

No início do século XX o pensamento conservacionista modificou-se, segundo Kühl (2005), ocorrendo a ênfase documental do monumento a partir da obra *O culto Moderno dos Monumentos* de Alois Riegl. O autor afirma que em “qualquer obra humana com certa antiguidade” pode ser considerado monumento histórico e não



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

apenas “aos objetos de excepcional relevância histórica e artística” (KÜHL, 2005, p.5). Dessa forma, os exemplares do centro de Aracaju, apesar de pertencerem ao final do século XIX ou início do século XX, seriam considerados patrimônio por ser uma obra humana e histórica, proporcional à idade do município.

Seria muito monótono contar a história de uma cidade sem percorrer a evolução dos monumentos históricos, sem perceber as mudanças das fachadas dos edifícios ou as diferentes técnicas utilizadas. A beleza pode ser encontrada na fragmentação e não apenas na unidade. Preservar exemplares de diferentes estilos arquitetônicos de uma cidade é preservar-lhe a sua memória. Para Mendonça, “conservar a memória da produção arquitetônica humana torna-se, por sua vez uma atividade mais empenhativa do ponto de vista científico, porque estamos lidando com exemplares insubstituíveis, sobre quais erros conceituais ou técnicos não nos deixam margem para desculpas” (OLIVEIRA, 2006, p. 9). Independente do estilo arquitetônico, portanto, deve-se ter esmero em buscar soluções para aumentar a durabilidade dos edifícios históricos.

Ao circular pelas ruas de Aracaju, podemos encontrar diferentes estilos, técnicas e escolas de decoração para os monumentos históricos. Temos a azulejaria em painéis modernistas em vários pontos no centro; pintura ilusionista na catedral; ou pintura decorativa realizada por italianos no atual prédio da OAB, na Av. Ivo do Prado (os mesmos que realizaram tal decoração no palacete dos Catharino, na Graça, Salvador), etc.

No entanto, a proteção por dispositivos legais de um patrimônio somente se inicia após a instauração do processo de tombamento, mas essa pseudo proteção, em muitos casos, fica restrita apenas ao papel, e, tem-se, assim, vários prédios e monumentos que são “esquecidos” por seus donos, diante da falta de interesse em mantê-los ou até mesmo a possível venda para o mercado imobiliário. Neste caso, a solução está além da criação de regras, mas em um processo de conscientização e



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

criação de políticas que permitam a manutenção desses patrimônios, seja por meio de empréstimos a juros baixos para as restaurações, parcerias com instituições privadas, entre outros.

Percebe-se, também, que o próprio processo de restauração desses imóveis, algumas vezes se dá de forma duvidosa, não respeitando características, materiais e a própria história do patrimônio. Assim, percebe-se a importância de se voltar às teorias de conservação expostas ao longo desse texto. No primeiro caso, Ruskin (2008), propõe a vistoria e cuidados simples de limpeza nos monumentos históricos; no segundo caso, Varine (2012), coloca sobre a população, em especial sobre os educadores locais, a responsabilidade de perpetuar os monumentos históricos a partir da relação de pertencimento. Sobre o problema burocrático do tombamento está relacionado aos inúmeros pareceres e levantamentos a serem realizados e a propriedade (donos) do imóvel.

Ao circular pelo centro de Aracaju, é possível observar construções abandonadas ou servindo de moradia provisória para a população de baixa renda que invadiu tais imóveis. A resolução de São Domingos de 1974, diz que a preservação de centros históricos, assim como ressalta Varine (2012) tem sua importância no papel social, pois se insere em uma sociedade e deve estar de acordo com a os projetos de habitação e requalificação urbana. Hugues de Varine (2012), também nos apresenta o uso como moradia como potencialmente favorável a perpetuação dos edifícios históricos, pois evita o esvaziamento de cidades ou bairros e cria um vínculo entre a população e o patrimônio.

O patrimônio, enquanto recurso, deve servir concretamente a todos e ao conjunto das dimensões do desenvolvimento, isto é, não apenas à cultura e ao turismo, mas também a sociedade em seu todo, à economia, à identidade, e à imagem, ao emprego ou à inserção social, etc. (VARINE, 2012, p. 83)



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

Portanto, a degradação de um monumento histórico não está apenas vinculada a ação do tempo, da fragilidade dos materiais de construção ou localização do sítio histórico. Culpar a ação das intempéries ou desgaste físico do material não entra na complexidade das discussões a respeito de preservação do patrimônio. Algumas razões para o descaso do patrimônio estão ligadas as ações dos gestores, à especulação imobiliária, entre outros.

Para Varine (2012), o patrimônio deve ter uma finalidade para a comunidade, não necessariamente financeira, no entanto, vale ressaltar, que o mesmo patrimônio, quando utilizado para a melhoria de vida, seja social, econômica e/ou cultural daqueles que estão no seu entorno, se torna um forte aliado do desenvolvimento da sua sociedade. Quantas ações de vandalismo poderiam ser evitadas se a relação de pertencimento fosse melhor estreitada? As inúmeras ações de restauro seriam diminuídas caso ocorresse uma conscientização daquele monumento para a formação de cada cidadão, se estes estivessem realmente à serviço da sociedade e não como um ser isolado do lugar a que pertence.

No entanto, se a população na qual um monumento se encontra, não tem educação, saúde e segurança de qualidade, querer impor um espaço museal ou sobrepor a importância de se restaurar um prédio, no local de se construir um posto de saúde, uma creche, querer que a população acolha o mesmo é ir contra a real necessidade daqueles que se encontram ali. Embora o acesso à cultura seja muito importante para o desenvolvimento do cidadão, é necessário que o Estado possibilite ao menos o básico para que estes possam querer usufruí-la.

Se a detecção de problemas de degradação de materiais depende de uma observação atenta, a olho desarmado, do objeto de estudo, para elaboração de hipóteses sobre as possíveis causas dessa degradação; contudo, a degradação humana exige mais.



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

Para Varine “é preciso uma vigilância que se aplica tanto à evolução do patrimônio quanto à identidade cultural da comunidade. Essa vigilância não é o conservantismo, mas a gestão racional de um recurso, com balanços do ativo e do passivo” (2012, p.120).

A cidade de Aracaju ainda tem edifícios bem conservados principalmente os que estão servindo para acomodação de órgãos públicos: museus, secretarias do estado e do município, casa de cultura, etc. Este é o método mais utilizado para a preservação de prédios públicos, contudo, não é o único relacionado ao uso. Podem ser alocadas para atividades rentáveis, moradias social ou tradicional, centros comunitários, dentre outros que faz que, efetivamente a população utilize e conseqüentemente conserve o patrimônio.

A preservação do centro histórico de Aracaju deve estar voltada para fixação da população no bairro e no entorno para que os dias em que não há expediente público ou abertura do comércio, estes prédios fiquem sem utilização. Na cidade de Recife há uma programação entre Estado e Prefeitura de fechar uma grande parcela das ruas no fim de semana para a circulação de ciclistas, que podem percorrer bairros centrais como a Boa Vista, Santo Amaro e Recife Antigo de bicicleta. É dada a possibilidade para o cidadão poder percorrer a cidade com calma e apreciando-a através de outras atividades em pontos de parada para hidratação. No caso de Aracaju, em que seu centro da cidade é plano, pode ocorrer o mesmo projeto, em que a população pode apreciar a cidade sem a correria do dia-a-dia.

REMANESCENTES ARQUITETÔNICOS DO SÉCULO XIX

Ao que parece, a maioria dos remanescentes da arquitetura sergipana do século XIX, que são tombados pelos órgãos responsáveis, estão localizados na cidade de



IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

Aracaju. Alguns dos prédios, hoje patrimônio do Estado, que estão presentes no centro histórico de Aracaju, tiveram seus projetos realizados após 1822, data da emancipação política do Estado, então província da Bahia. Esses prédios só ficaram prontos em meados do XIX e, em sua grande maioria, seguem o estilo Neoclássico, com acréscimo de elementos decorativos na *Belle Époque* sergipana (década de 1920), que se torna perceptível ao observar o Palácio Olímpio Campos. É importante ressaltar a proximidade entre os prédios levantados no cadastro de bens tombados, que ficam entre as praças Olímpio Campos e Fausto Cardoso, como mostra a *Figura 01*.

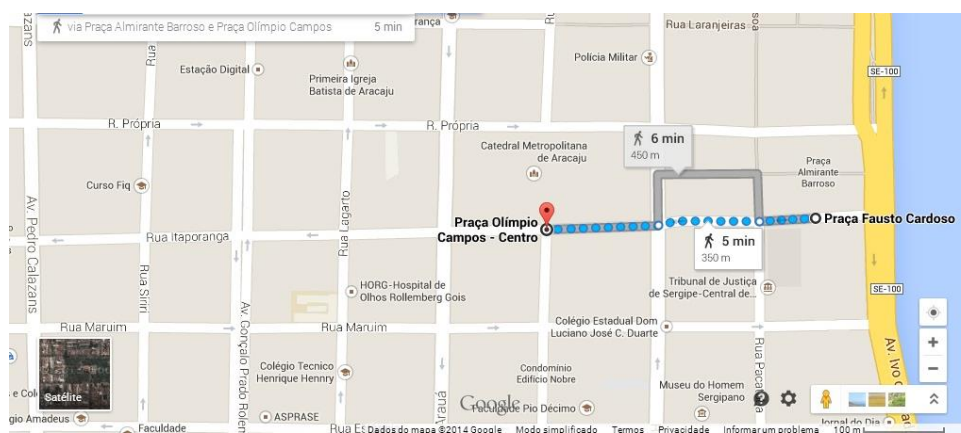


Figura 01 – Mapa do Centro Histórico de Aracaju. Fonte: Google Maps.

Nesse processo, também é interessante observar a nomenclatura dos logradouros públicos e alguns prédios que receberam os nomes de Fausto Cardoso e Olímpio Campos, proeminentes políticos sergipanos que tiveram divergências e acabaram assassinados (OLIVA, 2014). A Praça do Imperador recebeu o nome de Fausto Cardoso e a Praça da Catedral de Olímpio Campos. Olímpio quando morreu era então Senador do Estado (mas já tinha sido governador) e Fausto Cardoso Deputado Federal (portanto, um acabou dando nome ao Palácio do Governo e o outro a Assembléia Legislativa).



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

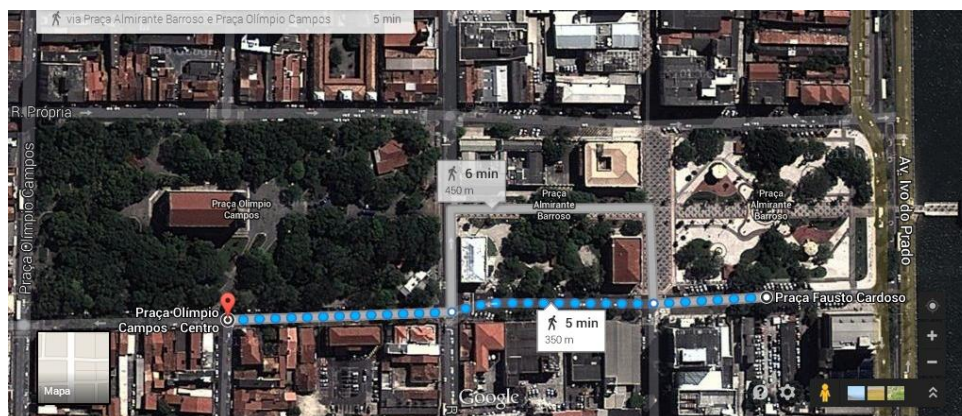


Figura 02 – Vista por satélite das praças Olímpio Campos e Fausto Cardoso. Fonte:
Google Maps

Na *Figura 02* é possível ver, por meio de imagem por satélite as praças Fausto Cardoso e Olímpio Campos e o telhado dos monumentos listados.

RELAÇÃO DOS PRÉDIOS DO SÉCULO XIX TOMBADOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU



Figura 03 – Prédio da Alfândega. Fonte: Prefeitura de Aracaju



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

O Prédio da Antiga Alfândega de Aracaju, *Figura 03*, apresenta uma arquitetura de caráter institucional. A construção, da segunda metade do século XIX, foi restaurado no início do século XX e, na atualidade, passando por restauro. O prédio é propriedade do Ministério da Fazenda e está localizado na Praça General Valadão. Tombamento por meio do Decreto nº 21765 de 9 de abril de 2003.



Figura 04 – Catedral. Fonte: Prefeitura de Aracaju.

A Catedral Metropolitana, *Figura 04*, apresenta uma arquitetura religiosa da segunda metade do século XIX, passou por obras de restauro no início do século XX, apresenta características Neogótica com pintura ilusionista e arcos ogivais. Propriedade da Arquidiocese de Aracaju e está localizada na Praça Olímpio Campo. Tombamento por meio do Decreto lei nº 6819, de 28 de jan de 1985.



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64



Figuras 05 e 06 – Sede do Memorial do Judiciário. Fonte: TJ/SE.

O Prédio do Juizado de Menores (Fórum Desembargador José Fernandes Prado Vasconcelos, atual sede do Memorial do Judiciário), *Figuras 05 e 06*, apresenta uma arquitetura de caráter institucional do final do século XIX. Propriedade do Estado está localizado na Praça Olímpio Campos. Tombamento por meio do Decreto lei nº 6822, de 28 de jan de 1985.



Figura 07 – Catedral. Fonte: Infonet.



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

O Prédio do Antigo Tesouro do Estado, atual Câmara Municipal de Aracaju, *Figura 07*, apresenta uma arquitetura datada da segunda metade do século XIX e é propriedade do município de Aracaju. Está localizado na Praça Olímpio Campos. Tombamento por meio do Decreto nº 12 039, de 22 de jan de 1991.



Figura 08 – Procuradoria Geral do Estado. Fonte: Sura Carmo.

O Prédio do Antigo Tribunal de Justiça, *Figura 08*, atual Vice Coordenadoria do Estado/Procuradoria Geral do Estado. Prédio de arquitetura de caráter institucional, construído na segunda metade do século XIX e está localizado na Praça Olímpio Campos. Tombamento por meio do Decreto nº 9991 de 26 de out de 1988.



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64



Figura 09 – Catedral. Fonte: Espaço Turismo.

Atual Delegacia do Ministério da Fazenda, também conhecido como Palácio Carvalho Neto, *Figura 09*, o prédio apresenta uma arquitetura de caráter institucional, segunda metade do século XIX localizado na Praça Fausto Cardoso. Propriedade do Ministério da Fazenda. Tombamento por meio do Decreto nº 15 989, de 24 de jul de 1996.



Figura 10 – Catedral. Fonte: Espaço Turismo.

O Prédio do Palácio Fausto Cardoso, *Figura 10*, abrigava antigamente a sede da Assembléia Legislativa. Com uma arquitetura de caráter institucional, a construção é datada da segunda metade do século XIX, passou por obras de restauro no início do



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

século XX. É Propriedade do Estado e está localizado na Praça Fausto Cardoso. Tombamento por meio do Decreto nº 8313 de 18 de fevereiro de 1987.



Figura 11 – Palácio Olímpio Campos. Fonte: Espaço Turismo.

O Prédio do Palácio Olímpio Campos, *Figura 11*, apresenta uma arquitetura de caráter institucional, da segunda metade do século XIX, restaurado no início do século XX pela missão artística italiana. É Propriedade do Estado e está localizado na Praça Fausto Cardoso. Tombamento por meio do Decreto nº 6818, de 28 de jan de 1985.

CONSIDERAÇÕES

Pensar a preservação e conservação dos prédios históricos é uma tarefa constante dos órgãos de salvaguarda e seus profissionais. É importante ressaltar, que além das implicações históricas e culturais, os patrimônios apresentam um caráter social, que é pouco trabalhado pelas instituições, como um agente modificador e de agenciamento do desenvolvimento social.

O artigo apresenta impressões e levantamentos primárias, mas é importante ressaltar que os processos de tombamento e a eleição dos patrimônios, independente da



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

época e do lugar, seguiram os mesmos parâmetros, ficando restritos ao patrimônio de pedra e cal e, sobretudo de elevado valor histórico, como os relacionados nesse artigo.

No entanto, é interessante destacar, que esses mesmos representam uma sociedade de outrora e seus expoentes, o que fica evidenciado pelos nomes que os prédios receberam ao longo da história, bem como as características estilísticas que os situam em um espaço/tempo para os observadores e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- BIOTO, Camilo. *Os Restauradores/* Camilo Boito; apresentação e tradução Beatriz Muyagar Kühl; Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Coor.). *Conceptos claves de la Museología*. Traducido por Armida Córdoba. Paris: Armand Colin, 2010.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *História e Ética na Conservação e Restauração de Monumentos Históricos*. R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.
- MONUMENTOS Sergipanos: Bens protegidos por lei e tombados através de Decretos do Govverno do Estado. Organização de Ana Conceição Sobral de Carvalho e Rosina Fonseca Rocha. Aracaju: Gráfica Sercore, 2006.
- OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *Tecnologia da conservação e da restauração: materiais e estruturas: um roteiro de estudos*. 3 ed. – Salvador: EDUFBA, 2006.
- POLLACK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RESOLUÇÃO de São Domingos, IPHAN, 1974.
- ROGERS, Ernesto N. August Perret. Milano: *II Balcone*, 1955.



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA & IV ENCONTRO
ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64
Aracaju, 21 a 24 de outubro de 2014.
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



**IV CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA &
IV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/SE**
O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 64

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Apresentação e tradução Beatriz Muyagar Köhl; Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

VARINE, Hugues. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Ed. Medianiz: Porto Alegre, 2012.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Apresentação e tradução Beatriz Muyagar Köhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.